



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 2/2017
SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DE 03-04-2017**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 2 da Sessão Extraordinária de 03-04-2017

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -3 de abril de 2017-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva..... PS

MEMBROS - Mário João Menezes Paiva PS

Ana Margarida Pinto da Cunha PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira SOMOS FIGUEIRA

José Manuel Pereira da Costa SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

João Gomes Lopes SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Lúis Manuel Mendes Ribeiro PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco SOMOS FIGUEIRA

Manuel da Silva Caiano..... PS

Vânia Isabel Duarte Batista SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes PS

José Augusto Fernandes Mateus PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão SOMOS FIGUEIRA

Nelson César dos Santos Fernandes CDU

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Mário da Silva Esteves SOMOS FIGUEIRA

Fernando Miguel Gonçalves Pereira PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa SOMOS FIGUEIRA

José António Ferreira Dias BE

Nuno Miguel Garcia Carvalho..... SOMOS FIGUEIRA

Agostinho Manuel Pereira da Cruz..... CDU

Natália Jerónimo Pires SOMOS FIGUEIRA

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins Bento PS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo Acúrcio INDEPENDENTE



| | | |
|----------------------|--|----------------|
| (Buarcos) | José Manuel Matias Tavares | PS |
| (Ferreira-a-Nova) | Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro | PS |
| (Maiorca) | Filipe Humberto Mateus Dias | SOMOS FIGUEIRA |
| (Marinha das Ondas) | Manuel da Conceição Rodrigues Nada | PS |
| (Moinhos da Gândara) | Paulo Manuel Querido Rodrigues | SOMOS FIGUEIRA |
| (Paião) | João Paulo Gonçalves Pinto | PS |
| (Quiaios) | Carlos Alberto Ribeiro Patrão | PS |
| (São Pedro) | António Manuel dos Santos Salgueiro | PS |
| (Tavarede) | Victor Manuel dos Santos Madaleno | PS |
| (Vila Verde) | Vítor Manuel Gonçalves Alemão | PS |

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Ana Raquel Mendes Correia por Manuel da Silva Caiano, Maria Fernanda Marques Lorigo por Carlos Alberto Ribeiro Patrão, Maria Adelaide Gaspar Gonçalves por Nelson César dos Santos Fernandes, e Mário Alberto Gomes Oliveira por Agostinho Manuel Pereira da Cruz.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Ana Raquel Mendes Correia, Maria Fernanda Marques Lorigo, Maria Adelaide Gaspar Gonçalves, e Mário Alberto Gomes Oliveira.-----

FALTAS INJUSTIFICADAS

José Elísio Ferreira de Oliveira.-----

PONTO ÚNICO - CONHECIMENTO E DISCUSSÃO DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "A propósito deste assunto cumpre-me tecer algumas considerações.-----

A população da Figueira da Foz em geral e as suas instituições mais representativas em particular, foram «surpreendidas» há alguns dias atrás com notícias nos mais variados órgãos de comunicação social local e regional, nas quais se anunciava passo a citar, a aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal, votada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal da Figueira da Foz no passado dia 06 de março de 2017.-----

Esta foi, aliás, a mensagem que a Presidência da Câmara Municipal da Figueira da Foz quis fazer passar, com o requinte de insinuar que o novo Plano Diretor Municipal era um processo que há mais de 20 anos estava a ser equacionado mas, que finalmente,



esta presidência a concluía.-----
Tornou-se, por isso necessário que os vereadores do Partido Social Democrata presentes na dita reunião emitissem uma nota à comunicação social no sentido de repôr a verdade. Ou seja, tinha-se votado a aprovação da proposta do Presidente de Câmara Municipal Figueira da Foz para colocar à discussão pública a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho.-----
O Partido Social Democrata ao ser surpreendido com tais notícias mas ciente da importância das implicações da Revisão do Plano Diretor Municipal para os figueirenses, reagiu de imediato requerendo a realização desta Assembleia Municipal extraordinária.-----
Em meu entender, se o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz estivesse consciente da importância estratégica que esta revisão do Plano Diretor Municipal implica para o futuro da Figueira da Foz, teria tido com certeza a iniciativa de dialogar previamente com as forças políticas com representação na Câmara Municipal bem como, com outra forças políticas, as quais não tendo representação física na autarquia não deixam de existir e de ter uma intervenção cívica, a qual foi totalmente ignorada pelo Presidente do executivo municipal.-----
Consta até que houve vereadores da maioria que só tomaram conhecimento do Regulamento proposto em plena sessão da Câmara Municipal. Chamo, ainda, a atenção para o total alheamento a que foram votadas as forças socioeconómicas, culturais, desportivas, ambientais, religiosas, representativas da sociedade civil neste debate, que marcará certamente o futuro da Figueira da Foz.-----
A revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho não pode ser tratada em gabinetes técnicos e nas costas do povo.-----
Ficará a sensação que o Presidente da Câmara Municipal Figueira da Foz ou não tem consciência da importância deste processo ou acha que a opinião dos figueirenses não é relevante. O grupo municipal da Coligação Somos Figueira não quer sequer pensar que o Presidente de Câmara Municipal da Figueira da Foz quis deliberadamente tentar aprovar as suas alterações, sem delas dar conhecimento à maior parte das pessoas.-----
Até hoje nada se sabe vindo da boca do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz sobre a estratégia e os objetivos norteadores da sua proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal. Não tem qualquer cabimento analisar esta proposta sem conhecer qual a ideia ou as ideias que lhe dão coerência ou consistência.-----
O Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz tem aliás «tentado» emendar a



mão, mandando a sua Vereadora Ana Carvalho Oliveira convocar à pressa os partidos da oposição para reuniões de trabalho, sem que tenha sido sequer entregue uma versão completa da proposta para eventual análise. Mesmo os documentos disponibilizados, não estão completos, e depois certamente durante este debate explicaremos porquê.-----

A começar pelo relatório não técnico, no qual deveriam estar bem explícitos os índices atuais de desenvolvimento do Concelho, os seus constrangimentos identificados e a identificação clara de quais os mecanismos e os instrumentos para os ultrapassar, bem como a estratégia e os objetivos gerais quantificados a atingir, sem esquecer os efeitos sectoriais expectáveis da aplicação desta proposta estão de acordo com o famigerado plano estratégico.-----

Assim, fica desde já o repto, ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz para explicar qual é a sua estratégia? Quais são os seus objetivos? Quais os instrumentos com que conta para consumir a sua estratégia e dar credibilidade a esta proposta?-----

A Coligação Somos Figueira não fará nesta sessão qualquer juízo de valores sobre esta proposta, pois não tem a informação considerada indispensável. Espera as suas explicações, bem como a discussão e a reflexão que a sociedade figueirense vem fazendo, para depois emitir a sua opinião junto dos figueirenses, assumindo com frontalidade as suas próprias responsabilidades.-----

Com a convocação desta Assembleia Municipal o grupo municipal da Coligação Somos Figueira irá apresentar uma moção requerendo a suspensão da publicação em Diário da Republica desta Revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho da Figueira da Foz.-----

O Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz é um homem de leis, sendo por isso o último nesta sala a poder evocar o desconhecimento da lei e as suas implicações. Portanto, ou está a preparar-se para chumbar com a maioria que tem todas as propostas de alteração que vierem a surgir. Ora, para que haja uma reflexão serena, tem de haver diálogo, esclarecimento e debate, e para isso é vital um tempo mínimo. Assim, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira propõe e irá também apresentar uma moção nesse sentido, que se realizem sessões de esclarecimentos nas sedes das Juntas de Freguesia ao fim de semana, com a presença dos técnicos, do Presidente de Câmara e da Vereadora responsável por este pelouro, e que haja vontade do Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz de se disponibilizar para reuniões de esclarecimento com as forças vivas da Figueira da



Foz. Existe já uma proposta de calendarização das reuniões nas Juntas de Freguesia a qual apresentaremos à mesa. Se houver vontade política desta maioria, para a suspensão da publicação dos efeitos em Diário da Republica da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal, tal permitirá evitar males maiores do meu ponto de vista.-----

Darei a palavra ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz para que proceda e este debate com toda a transparência e no sentido dos figueirenses estarem sempre primeiro. O Plano Diretor Municipal do Concelho da Figueira da Foz é demasiado importante para quem está de passagem e determinante para quem cá espera viver muitos mais anos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Farei aqui duas notas prévias. Em primeiro lugar o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco falou numa discussão ampla, com a qual a Coligação Democrática Unitária concorda plenamente. Irei apresentar uma proposta nesse sentido incluindo nessa ampla discussão as autoridades religiosas, porque embora estejamos num estado laico as autoridades religiosas têm um importante papel na sociedade portuguesa, nomeadamente, do ponto de vista social, razão pela qual deveriam ter sido pelo menos convidadas a emitir uma opinião.-----

Lembrar a quem eventualmente se tenha esquecido ou não saiba, que a convocação da Assembleia Municipal aconteceu por proposta conjunta da Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

Em relação às reuniões de fim de semana, estou expectante em relação à sua calendarização, porque me parece que teremos de passar por aqui para que a democracia seja de facto participativa, valor que está na sua essência.-----

Permitia-me, então ler a proposta da Coligação Democrática Unitária a ser votada: «Os deputados municipais Coligação Democrática Unitária/Partido Comunista Português na Assembleia Municipal da Figueira da Foz, face à estratégia absolutamente minimalista de “discussão pública” do novo Plano Diretor Municipal, consideram que a realização de reuniões com as populações das diferentes freguesias do concelho, deve acontecer em horário pós-laboral, com a presença de decisores políticos do Executivo Camarário, com o fim de efetivar uma verdadeira discussão deste importante instrumento de gestão territorial, permitindo a essas populações um mais cabal conhecimento das propostas hoje em análise, permitindo a essas populações que possam em conjunto debater aquilo que lhes diz tão diretamente respeito.»”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nelson Santos Fernandes.-----

NELSON SANTOS FERNANDES: "Seja me permitido uma nota pessoal neste meu efémero regresso a esta casa, no final deste mandato autárquico. Confesso que independentemente das, para mim, indiscutíveis capacidades e méritos dos camaradas que ao longo destes quatro anos de mandato por aqui passaram, e a quem saúdo, não me sinto um estranho nesta casa.-----

Deu-me o meu partido, o Partido Comunista Português a honra de o representar, juntamente com os meus camaradas de bancada, neste debate que desejamos produtivo, e também a oportunidade de expor algumas das ideias que nos norteiam na análise do novo Plano Diretor Municipal, que consideramos um instrumento orientador do ordenamento do nosso território, da dinamização das atividades económicas e da coesão social das nossas populações.-----

Foi a certeza da importância deste documento que nos tornou cúmplices da convocação desta Assembleia extraordinária que consideramos parte da discussão pública a que o Plano Diretor está sujeito nesta fase. E foi também a consideração e o respeito pelo papel que desempenham os senhores deputados municipais que, em última instância serão chamados a votar este documento.-----

Uma primeira leitura dos documentos orientadores do Plano Diretor Municipal agora em discussão pública deixa-nos as seguintes considerações.-----

O Plano Diretor Municipal atual é elaborado e discutido em condições substancialmente diferentes dos PDM's anteriores, que foram elaborados e discutidos sob a pressão do setor imobiliário e como tal substancialmente virados, não para conter essa pressão mas antes para a incentivar, dadas as mais valias que daí poderiam advir.-----

Foi ao abrigo de disposições do Plano Diretor Municipal anterior, e também ao abrigo do desrespeito das suas disposições que se cometeram verdadeiros atentados urbanísticos sobretudo na liberalização das cérceas, e na diminuição dos espaços públicos que são bem visíveis aos olhos dos figueirenses e de quem nos visita.--

Este Plano Diretor Municipal, aliviado da pressão imobiliária, tem todas as condições para corrigir aquilo que pode ser corrigido. E infelizmente corre o risco de ser uma oportunidade perdida. Nele não verificamos o interesse em consolidar e ampliar os espaços verdes ou os espaços de fruição pública. Pelo contrário, nas consideradas zonas ampliam-se zonas de construção e não há qualquer menção ou salvaguarda para zonas de fruição pública, como parques e jardins.----



Por nós desde já afirmamos que pretendemos ver no Plano Diretor Municipal a consolidação e defesa do Horto Municipal (e do Parque de Campismo adjacente), a ampliação das suas funções, juntamente com as hortas municipais como dinamizadores de uma educação ambiental, capaz de contribuir para ajudar as crianças e os jovens do nosso concelho a usufruir de um futuro mais sustentável.-----

No mesmo registo pensamos que o Plano Diretor Municipal deve manter a construção do Parque Urbano como espaço de fruição pública para o lazer, desporto e ocupação de tempos livres.-----

Uma outra observação tem a ver com a qualidade de vida. O Plano Diretor Municipal trata de forma diferente os aglomerados urbanos e os aglomerados rurais. E do ponto de vista do edificado, tendo em conta a tradição e as características de ocupação dos solos essa diferenciação é não só natural como desejável. O que não é natural nem desejável é a diferenciação referente a atividades que põem em causa a qualidade de vida dos residentes em geral. Os residentes das zonas rurais já são diferenciados negativamente no que se refere a serviços públicos essenciais, normalmente colocados em zona urbana, são diferenciados negativamente em relação à manutenção das redes viárias, na inexistência de passeios nas infraestruturas secundárias, como abastecimento de gás ou redes de cabo, na higiene pública, como limpeza de ruas e valetas de escoamento.-----

Argumentar-se-á que também por isso as habitações em espaço rural são menos penalizadas no Imposto Municipal sobre Imóveis. Nada mais falso. Com efeito se o Imposto Municipal sobre Imóveis compensa no índice de localização, logo equilibra na área bruta de construção onde intervém o Plano Diretor Municipal, ao obrigar as construções em zonas rurais a áreas brutas superiores às zonas urbanas.-----

A permissão ou legalização de atividades pecuárias da classe III (até de 15 cabeças normais) nos referidos aglomerados, como propõe o art.º 45.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, colide com os parâmetros de qualidade de vida das populações. E nem se invoquem as condicionantes ao referido artigo, nomeadamente a existência de sistemas de tratamento de resíduos, ou a proibição de ruídos, fumos e cheiros, porque esta proibição é inócua por falta de fiscalização eficaz. E atenção que esta atividade não pode ser confundida com a detenção caseira de animais de criação, uma prática normal nestes aglomerados, e que tem um regime próprio. Mas adiante voltaremos a este assunto.-----

Um outro aspeto tem a ver com o Parque Industrial da Gala e a sua ampliação. Estamos de acordo com a ampliação do parque e com a construção de vias de acesso



previstas à A17 com a ligação às indústrias do papel e celulose, embora tenhamos dúvidas sobre a ligação ao Parque através da Nacional E.N.109, sobretudo porque o aumento o fluxo de veículos pesados pelo interior dos aglomerados populacionais que se situam ao longo desta via, entendemos que já hoje, e por razões de segurança contra catástrofes, não é correto que o parque industrial referido não disponha de uma segunda entrada e saída que poderia ser um segundo acesso via IC1 que poderia ligar ao existente na zona prevista para a ampliação.-----

Outra recomendação tem a ver com a inexistência de qualquer referência aos cemitérios do concelho. Apesar da existência do crematório, entendemos que neste Plano Diretor Municipal seria importante salvaguardar, onde ainda se puder, a capacidade de expansão dos cemitérios atuais, não deixando ocupar os espaços circundantes de forma a evitar que mais tarde a Câmara venha a encontrar obstáculos à sua expansão.-----

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa preocupação com o Plano Diretor Municipal prende-se com o que projeta para o futuro. Mas prende-se muito mais com o seu cumprimento, sobretudo por parte das entidades que, como a Câmara ou esta Assembleia, têm a obrigação de o respeitar e defender, apesar de entendermos que a sua dinâmica pode implicar alterações.-----

E como não temos a memória curta lembremos apenas duas situações que desvirtuam por completo o Plano Diretor Municipal ainda em vigor.-----

A primeira foi o caso do edifício da Ponte do Galante. As duvidosas peripécias da hasta pública do terreno, que no mesmo dia em que foi pago à Câmara pela entidade compradora, foi vendido pelo dobro do preço a uma terceira entidade. A alteração brutal dos parâmetros de construção definidos no Plano Diretor Municipal para aquela zona, no sentido de aumentar a capacidade construtiva e que foram ao ponto da ocupação do espaço público. As pressões exercidas por um vereador de então sobre os donos das habitações implantadas no terreno; as alterações ao projeto com objetivo de «aprisionar» os moradores que resistiram a essa pressão; as sucessivas alterações do contrato classificando a atividade à vontade do dono da obra. A rábula da aprovação de um projeto sem autor conhecido. Tudo isto foi perpetrado pela Câmara de então, da responsabilidade do Partido Social Democrata e aprovado pela maioria da Assembleia Municipal, e pasme-se, sancionada com uma autorização de alteração do Plano Diretor Municipal, que previa a construção de uma central de produção de energia na zona da Leirosa.-----

O imponente e inestético edifício lá está, e penso que no seu íntimo todos os que



participaram neste processo estarão tão orgulhosos dele como o seu autor que, como já se disse, preferiu o anonimato.-----

O segundo caso foi recente. Desde o início do ano passado, e continuando durante este ano, a Câmara e a Assembleia Municipal, agora do Partido Socialista, legalizaram mais de duas dezenas de empresas com atividades ou usos em desconformidade com o Plano Diretor. Os pretextos e as razões então aduzidas foram vários, mas a razão principal foi sempre a legislação introduzida pelo governo central. Ora a legislação não era vinculativa em relação à decisão. Exigia a declaração de interesse municipal da atividade ou do uso. E essa podia ou não ser concedida. E foi-o sempre. Nunca a Câmara ou a maioria da Assembleia impôs qualquer condição, ou estabeleceu qualquer coima aos prevaricadores. Assim houve empresas que se apropriaram de grandes parcelas de terreno a que não tinham direito, outras que mantiveram o seu funcionamento com as mesmas desconformidades que antes existiam. Estas legalizações foram na realidade verdadeiras alterações ao Plano Diretor Municipal.-----

Por nós, Partido Comunista Português, sempre perguntámos como era possível não se dar conta destas situações, algumas delas ocupando espaços de grande dimensão? Como é possível que não se exija a correção das desconformidades? Como é possível a não aplicação de qualquer coima?-----

Ao procederem como procederam a Câmara e a Assembleia deram um sinal claro. Primeiro que a fiscalização do Plano Diretor Municipal é ou inexistente ou ineficaz. Segundo, que os prevaricadores são premiados. Terceiro que não vale a pena ser cumpridor.-----

Mas agora em sede de discussão do atual Plano Diretor Municipal, reparamos que afinal estas medidas correspondem não só à permissiva legislação do Governo central, mas também à vontade da Câmara, inequivocamente vertida no art.º 45.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, que prevê a legalização de atividades ou usos não licenciados anteriores e posteriores a junho de 1994, e, no n.º 3 do mesmo artigo afirma expressamente que «as instalações agro-pecuárias podem ser legalizadas...» num «prazo máximo para apresentação dos pedidos de regularização de três anos a contar da data de entrada em vigor do presente Plano».-----

Ora, os problemas de fundo detetados, até pelos pareceres dos técnicos da Câmara, nestas atividades pecuárias da classe III, são o excesso de população animal na relação com o espaço disponível; as condições de higiene sanitárias degradantes; o inexistente ou ineficaz funcionamento dos sistemas de recolha e remoção de



efluentes. E repetimos: sobre estes aspetos, a prática mostra-nos que não há qualquer fiscalização que resulte, pelo que a exposição das populações a esta situação pode naturalmente tornar-se num problema de Saúde Pública.-----

Durante as sucessivas discussões destas verdadeiras alterações do Plano e em respostas às questões postas pelos meus camaradas, foram dadas explicações várias, que foram desde a manutenção dos postos de trabalho, os investimentos realizados, ou a inexistência de alternativa. Mas o que sempre nos pareceu destas explicações é que elas remetem ao conceito de «nacional porreirismo», que um ex-Primeiro Ministro imortalizou na conhecida expressão «porreiro, pá» que tanto serve para o Tratado de Lisboa como para o licenciamento de pocilgas.-----

Senhor Presidente: Sem nos querermos adiantar à votação final deste documento, esta nossa intervenção expressa bem o descontentamento que nos assalta perante esta versão do Plano Diretor Municipal. E esperamos naturalmente que esta não seja a versão final.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “No seguimento da intervenção do meu colega Teotónio Jesus Cavaco, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira tem duas propostas para apresentar, uma a ser lida por mim e outra pela deputada municipal Natália Jerónimo Pires, as quais serão entregues à Mesa no final.-----

Passarei a ler: «Os deputados abaixo assinados vêm ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 17.º do Regimento da Assembleia Municipal do Concelho da Figueira da Foz, face à importância e interesse determinante para o futuro da Figueira da Foz e dos Figueirenses em particular, propõem para discussão e aprovação a seguinte Moção:-----

1 - Que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em reunião de Câmara no passado dia 6 de março de 2017, vimos propor que, sem prejuízo de outras iniciativas com a mesma finalidade de informação e esclarecimento, sejam efetuadas apresentações pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal (acompanhado dos técnicos que entender necessários) em todas as sedes de juntas de freguesias com o seguinte calendário;-----

- Duas sessões por cada sábado e domingo a começarem às 15,00 horas e 20,30 horas, por ordem alfabética das juntas de freguesia.-----

- Disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara Municipal para aceitar solicitações de reuniões de esclarecimento que venham a ser solicitadas por entidades representativas da Sociedade Civil Figueirense em geral.»-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Natália Jerónimo Pires.-----

NATÁLIA JERÓNIMO PIRES: "Os deputados abaixo assinados vêm ao abrigo do disposto no Regimento da Assembleia Municipal do concelho da Figueira da Foz, propor para discussão e aprovação a seguinte moção:-----

Requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a suspensão do período de discussão pública da Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, publicada em Diário da República a 29 de março de 2017.-----

1. A necessidade desta suspensão prende-se com o curto espaço temporal para a discussão pública do documento (30 dias).-----

2. Não pode esta assembleia decidir e votar em consciência um documento basilar como este de gestão territorial com consequências a nível de infraestruturas, equipamentos, acessibilidades, definição das políticas locais de saúde, educação, sociais e económicas importantíssimas para a Figueira da Foz sem que o mesmo esteja devidamente apreciado e discutido por todas as forças vivas do Concelho e todos os Figueirenses."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "No tocante à discussão do Plano Diretor Municipal, ponto único da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Extraordinária, convocada pelos deputados municipais da Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, manifesto aqui a minha estupefação pela convocação desta Assembleia. Obviamente é uma Assembleia legítima, convocada democraticamente de acordo com as regras de direito e portanto nada a opor e tudo pela lei.-----

Agora, efetivamente, os deputados municipais da Coligação Somos Figueira e das outras forças políticas devem saber que o Plano Diretor Municipal em vigor data de 1997, sendo um plano já bastante desatualizado e cuja a revisão urgia há já bastante tempo. Ao longo destes anos, procedeu-se à recolha de contributos quer pelo atual executivo quer pelos executivos anteriores. Não podemos esquecer as inúmeras reuniões realizadas desde o longínquo ano de 1998 pelo então Vereador Eng.º Daniel Santos, também nas freguesias, e desde o primeiro mandato deste executivo, numa primeira fase em 2010 com o acompanhamento de alguém contratado para o efeito, neste caso, o Professor Rochette, e a partir de 2012 com o acompanhamento mais próximo da atual Vereadora do urbanismo com competências para tal.-----

Houve uma recolha enorme de exposições, tendo sido muitas delas atendidas. De facto, ao longo de todo este tempo, recebeu-se um grande número de contributos



dados pelas populações e que foram atendidos em outubro de 2014, quando esta Assembleia Municipal votou conscientemente a reabertura do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.-----

E a reabertura desse processo foi acompanhada de um documento estratégico, um Plano de Desenvolvimento Estratégico e também de um fundamento que levaria este executivo juntamente com 26 entidades reunidas na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro a encetar as reuniões de comissões de acompanhamento.-----

Para quem está menos por dentro deste tipo de processos, uma revisão de um Plano Diretor Municipal, implica várias reuniões da comissão de acompanhamento e eu acompanhei algumas. São reuniões extremamente complexas e técnicas. São reuniões nas quais 26 entidades, escuso de enunciá-las todas, até porque estão previstas na lei, emitem o seu parecer.-----

Depois, tem de se conjugar todo esse manancial de propostas no sentido de elaborar um documento que mais ou menos satisfaça todas as sensibilidades e todos os interesses. Chegados a este ponto, a Câmara juntamente com os seus técnicos, a sua Vereadora e também o seu Presidente, decidiu, e bem, partilhar com a vereação, deputados municipais, e as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal, partilhar as conclusões da comissão de acompanhamento ao Plano Diretor Municipal e o documento provisório elaborado.

Esse documento está em aberto porquanto, hoje mesmo se inicia o período de 30 dias úteis para discussão pública, claramente aberta a todas as populações, movimentos, cidadãos, forças políticas, partidárias, sociais e civis.-----

Por isso, a Assembleia Municipal de hoje corre o risco de não ser muito produtiva, por estarmos a discutir um documento totalmente em aberto, passível de ser modificado e alterado no âmbito dessa mesma discussão pública.-----

De todo modo nada se perde em ouvir novamente as explicações do Presidente da Câmara e da Vereadora que, aliás, já nos foram dadas numa proveitosa reunião em que a Coligação Somos Figueira se escusou a comparecer, sabe-se lá porquê. Seria mais proveitoso para a Coligação Somos Figueira uma reunião daquelas do que a discussão do documento neste plenário.-----

Por tudo isto, muito embora acatemos democraticamente este pedido de assembleia extraordinária, julgo ter havido alguma precipitação por parte da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e da Coligação Somos Figueira em convocar esta reunião nesta fase em que há um documento aberto, muitas explicações, muitos



requerimentos, e muitos contributos a serem dados, e a serem recolhidos.-----
Para concluir e relativamente à questão das moções apresentadas, bem, é entendimento do grupo municipal do Partido Socialista que uma Assembleia Extraordinária não tem Período de Antes da Ordem do Dia, e portanto, não poderão ser apresentadas nem votadas moções. Ou seja, sem sequer nos debruçarmos sobre o conteúdo das mesmas, parece-me que elas violam o regimento, pelo que teremos de votar contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “O deputado municipal Nuno Melo Biscaia manifesta-se estupefacto pelo pedido de convocação desta Assembleia Extraordinária no âmbito da discussão pública do novo Plano Diretor Municipal, pedido esse interposto pela Coligação Democrática Unitária, Coligação Somos Figueira e Bloco de Esquerda. Estupefactos estamos nós, perante as alterações de posição de dirigentes políticos do Partido Socialista da Figueira da Foz face às mesmas matérias, que hoje surgem profundamente alteradas nesta proposta em análise.-----

Diz-nos tratar-se de um documento aberto e eu folgo em sabê-lo. Porém, é um documento aberto que corre o risco de ser fechado à pressa. Hoje começam a contar os 30 dias úteis da discussão pública já que não houve o pedido de suspensão do aviso em Diário da República.-----

De acordo com o deputado municipal Nuno Melo Biscaia nós somos os restantes, a quem apelidou de precipitados. Precipitados nós?! Diz o povo na sua imensa sabedoria, e eu cito sempre os ditados populares por considerá-los de grande sabedoria e conhecimento da vida, que «cautelos e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém».-----

Como é que uma discussão pública de um documento estratégico de ordenamento territorial, gestão territorial, pode passar à margem da Assembleia Municipal?

Porque o que está a ser feito nas 14 freguesias do concelho é absolutamente redutor e minimalista como dissemos na proposta, e faz com que me lembre de outro facto da sabedoria popular, outro exemplo, que é a parábola dos sete filhos, quando o pai moribundo chamou um a um os seus filhos e depois de entregar a cada um uma haste de vimeiro pediu para a quebrar e até o pequenininho conseguiu quebrá-la, mas quando os sete congregados num feixe foram dados ao mais velho e mais forte ele não conseguiu dobrar o vime muito menos quebrá-lo.-----

As populações têm de discutir o que lhes interessa e é essencial às suas vidas, faz parte das suas vidas. Têm de discutir, não só pondo o seu problemzinho



peçoal, que poderá ser e é com certeza muito importante, mas no conjunto dos seus pares. E isso só acontece em reuniões alargadas nas freguesias. Parece-me haver aqui um imenso medo que as populações se juntem e reúnam.-----

Se não têm medo por favor avancem com esta proposta aqui feita por duas forças políticas com assento nesta Assembleia.-----

Deputado municipal Nuno Melo Biscaia, que me perdoe o seu pai que eu muito respeitava, dizer que não pode haver nenhuma proposta porque estamos numa Assembleia Extraordinária? Eu fico completamente abismada com tal afirmação. Isto não é um Período de Antes da Ordem do Dia, isto é uma Assembleia Extraordinária com um ponto único e sobre esse ponto único viemos apresentar as propostas, as recomendações, as moções, tudo o que nos der na real gana. -----

Foi-nos dito na sessão a que viemos a convite da Vereadora Ana Carvalho Oliveira, que ao longo de 20 anos de vigência do Plano Diretor Municipal (ele vem de 1994), houve 481 pretensões apresentadas e que 42% dessas pretensões foram abrigadas neste Plano Diretor Municipal. O Presidente da Junta do Paião referiu ter sido realizada uma reunião na qual 80 % dos casos foram resolvidos. Reunião não foi, foi um espaço aberto das 9,00 horas da manhã às 17,30 horas da tarde, em que com certeza os munícipes do Paião foram lá colocar as suas dúvidas, interrogações e as suas angústias. Já agora, a Coligação Democrática Unitária gostaria de ter acesso à versão anterior à resolução destes 80% de casos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Tenho de louvar o trabalho efetuado pela Câmara Municipal na Freguesia do Paião. Parece-me haver aqui algumas propostas que só aparecem por ser ano de eleições.-----

Provavelmente a maior parte dos deputados têm andado distraídos. Foram realizadas duas reuniões na freguesia do Paião da Agenda Local 21, nas quais a população apresentou todos os casos que entendeu serem necessários para a revisão do Plano Diretor Municipal, com a presença do Presidente da Câmara e outros técnicos.----

Foi dada indicação aos Presidentes de Junta para apresentarem à Câmara Municipal e a todos os técnicos as propostas que tivessem em mão para serem ponderadas e analisadas em sede desta Revisão do Plano Diretor Municipal.-----

A Junta de Freguesia de Paião fez duas reuniões com a população da freguesia, onde voltou a ouvir todos os casos que a população tinha em mãos e necessitavam de intervenção, reportando-os à Câmara Municipal. De seguida houve uma reunião com os técnicos da Câmara e a Vereadora Ana Carvalho Oliveira, onde foi apresentado o



Plano Diretor Municipal anterior, aquilo que era previsto, o que se poderia eventualmente alterar e o que estava previsto em termos de futuro. Nesta reunião estiveram presentes todos os membros da Assembleia de Freguesia, os quais deram os seus contributos.-----

Entretanto já foi feita uma nova reunião em sede de revisão do Plano Diretor Municipal. Durou todo o dia, estiveram presentes o técnicos, ali foram apresentadas de forma cordial reclamações, e não houve manifestações de qualquer tipo de desagrado da maior parte da população. Não há PDM's perfeitos. Mas, eu estou a falar do Plano Diretor Municipal do Paião não estou a falar do resto. É desse que eu estou a falar.-----

Digo aqui e agora à oposição que escusam de ir ao Paião porque a população do Paião e da freguesia do Paião está devidamente informada sobre o Plano Diretor Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nelson Santos Fernandes.-----

NELSON SANTOS FERNANDES: "Depois de ouvir as duas intervenções dos deputados municipais do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, duvido que seja necessário discussão pública. Mas, o grande problema é que ela está prevista na lei.-----

Até se pode deixar de parte o Paião, como sugeriu o seu Presidente a Junta, contudo não se está aqui a discutir o Plano Diretor Municipal do Paião. Qualquer coisa não corre bem.-----

A nossa proposta relativamente a esta sessão da assembleia municipal foi muito simples, a saber, esta Assembleia Municipal extraordinária devia ser integrada no plano de discussão pública do Plano Diretor Municipal.

Estou absolutamente consciente de que este documento dará início à discussão pública e quis-se fazê-la. A repreensão dos deputados municipais do Partido Socialista, que se reclama mais democrático que os outros, é incompreensível porquanto se está a cumprir a lei.-----

Na intervenção de fundo a Coligação Democrática Unitária deu alguns contributos a quem tem a responsabilidade de decidir sobre o Plano. Se quiserem tê-los em conta tenham e integrem-nos na versão final. Mas, esta assembleia é responsável pela sua aprovação final. A Coligação Democrática Unitária estará atenta e analisará se os seus contributos foram ou não vertidos para o documento final.-----

Agora, esta é uma assembleia normal, integrada repito naquilo que é o projeto de discussão pública do Plano Diretor Municipal."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Esperava que o Partido Socialista em vez de ficar surpreendido com a iniciativa desta nossa geringonça local, a saudasse. Não consigo descortinar nenhum motivo para o Partido Socialista querer ocultar às suas populações, às suas freguesias, aos seus munícipes, a discussão deste assunto tão importante.-----

E não foi o Partido Social Democrata nem a Coligação Somos Figueira, nem a Coligação Democrática Unitária, nem o Partido Comunista Português, nem o Bloco de Esquerda que trouxeram a público esta discussão. Foi o Partido Socialista.-----

O Presidente e o executivo camarário, naturalmente, fazem questão de aprovar este documento antes de terminar o atual mandato autárquico, mas isso não pode de modo nenhum, sob pena das populações a quem este documento se destina, ser feito politicamente à socapa. Este documento tem que ser o mais discutido possível.---

Somos pessoas politicamente atentas e este prazo de 30 dias úteis para discussão pública, é muito limitado. As pessoas não se apercebem desta discussão.-----

O deputado municipal João Paulo Pinto ao afirmar ser a Câmara exemplar e quanto ao Plano Diretor Municipal ninguém precisar de se intrometer porque, segundo ele, já tudo está devidamente esclarecido, está aqui a cumprir a sua missão conferida pelo Partido Socialista.-----

Há muita coisa ainda por esclarecer. Não vim aqui hoje para apreciar nenhuma das questões do Plano Diretor Municipal, mas para alertar politicamente o Partido Socialista, o executivo camarário, a Assembleia Municipal e a cidade que há um documento importantíssimo em discussão e que não deve ser escondido, ainda que a intenção não seja essa. Deve ser aberto a todos e discutido por todos e portanto o Partido Socialista deveria saudar efetivamente esta iniciativa e não estar surpreendido com ela, e precipitadamente dizer que as moções devem ser rejeitadas, não podem ser aprovadas.-----

Mas qual é o problema? Chamem-lhe moções ou propostas, chamem-lhe o que quiserem, isto está aqui para ser discutido. O Presidente está ali para justificar as suas razões, a vereadora a mesma coisa, e o deputado municipal Nuno Melo Biscaia falou e bem no Eng.º Daniel Santos, nesses velhos e para mim bons tempos, desse executivo camarário. Mas, o Eng.º Daniel Santos saía daqui às 21,00 horas e chegava a casa às 03,00 horas da manhã. Ia para lá durante a noite não ia durante o dia, ia com os técnicos durante a noite. Porque durante o dia as pessoas não vão lá. Estão a trabalhar. Durante o dia as pessoas trabalham. E eram reuniões marcadas



exclusivamente com este objetivo e comunicadas a toda a gente, divulgadas pela Junta de Freguesia e por toda a gente.-----

Lamento efetivamente esta tomada de posição do Partido Socialista de ficar surpreendido, lamentar e criticar esta iniciativa destas 3 forças políticas que aqui estão representadas. Devia saudá-la porque o que se pretende é que esta discussão seja alargada.-----

É muito aborrecido, mas com o devido respeito é preciso dar o peito às balas. Não se pode elaborar um documento destes e depois porque a altura politicamente não é aconselhável as pessoas resguardam-se. Não pode ser, quem escolheu a altura não fomos nós, quem escolheu a altura foi o executivo camarário.-----

As pessoas têm de ser esclarecidas, tem de haver divulgação, a comunicação social tem aqui um importante papel também no apelo à participação do cidadão comum, e o Município da Figueira da Foz tem de promover e divulgar a discussão deste tão importante processo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Congratulo-me com a vossa convocação desta sessão. Até pareceria mal não convocarem. Estarem na oposição enão desenvolverem a iniciativa de convocarem uma Assembleia Municipal extraordinária, pareceria mal. Por isso, estou expectante de como vai terminar esta Assembleia.-----

Começo por felicitar a Câmara Municipal e os técnicos que aqui estão presentes, não serão todos mas uma representatividade deles, por desenvolverem este trabalho. Se houve algum trabalho externo, a grande maioria tanto quanto me é dado saber, foi feita pela prata da casa, daí lhes tirar o meu chapéu. Ao fim de muito tempo começou finalmente a ser reconhecido o valor dos técnicos desta casa.-----

Do meu ponto de vista, está a haver bastante divulgação sobre esta discussão publica. Pela minha parte e pela parte do deputado municipal aí ao seu lado direito, onde podemos ter voz tudo fazemos para alertar as pessoas à participação neste documento tão importante.-----

Mas a participação não pode ter por base a discussão de um quintal (eu tinha lá uma capoeirazita deixem-me lá fazer um anexo, isto é figurativo). Não pode ir por ai. Terá que ser mais ampla e mais vasta.-----

Não sei se alguém tem conhecimento da discussão de algum Plano Diretor Municipal onde quer que seja, que não levante discussão e até suspeitas de algumas circunstâncias, onde não haja contestação. Não sei se haverá algum Plano Diretor Municipal sem isso.-----



Já cá ando nas lides autárquicas há alguns anos, e em 2002 entreguei um abaixo assinado na Assembleia Municipal para que o Plano Diretor Municipal fosse mexido, tendo-me sido apresentada no Urbanismo uma proposta para a sua alteração ou revisão, na altura pelo falecido Eng.º Duarte Silva, cuja intenção seria colocar a discussão pública em 2003.-----

Porque é que o Plano Diretor Municipal não foi revisto nessa altura? Não terá só a ver com a questão de haver "n" entidades, incluindo as católicas, que detêm 65% da administração do território deste concelho, não terá sido só por isso. Outros motivos também haverá.-----

Também lhe quero dizer, que me quer parecer a mim que por parte da Vereadora Ana Carvalho Oliveira e do executivo em si, mas mais por ela, teve toda a disponibilidade.-----

Não consigo perceber o que andam a fazer muitos dos líderes partidários da nossa cidade. Ainda não os vi a promover reuniões nas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia. Porque quer se queira ou não, é num canto um pouco mais pequeno que se tem uma visão muito melhor da perspetiva para o futuro naquela área. Quem sabe se se colheriam melhores frutos das decisões tomadas nessas Assembleias de Freguesia. Os Presidentes de junta e as suas assembleias de freguesia participaram. Autarcas de base participaram, tanto quanto eu sei, em reuniões.-----

E também é verdade, vão-me desculpar, que tirando dois ou três pontos não estou a ver assim tanto sururu em relação ao Plano Diretor Municipal. Não acho que haja assim tanto segredo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Ferreira Dias.-----

JOSÉ FERREIRA DIAS: "Gostava de perguntar ao Presidente da Junta de Freguesia do Paião, se estava a falar por todas as pessoas da sua freguesia quando referiu não ser necessário realizar sessões de esclarecimento na sua freguesia porque o assunto já está devidamente esclarecido? Foi eleito com 100% dos votos?!-----

Hoje foi publicado num jornal uma noticia dando nota da possibilidade do Foz Plaza poder construir no Horto Municipal. Segundo o mesmo jornal, a Vereadora Ana Carvalho Oliveira, responsável do Pelouro disse « foi um lapso que vai ser corrigido». Ora por si só, sendo isto verdade, esta situação é suficiente para que seja suspenso o período de discussão pública, permitindo à autarquia detetar outros eventuais lapsos ou dar tempo para que os outros possam detetá-los.-----

Não estamos a falar de um quintal ou de um galinheiro ao fundo do quintal. Estamos a falar da vida das pessoas da Figueira da Foz.-----



O deputado municipal João Filipe Carronda afirmou não se terem ouvido surrus sobre o Plano Diretor Municipal. Também ouvi logo os rumores a dizer que estava escondido.-----

Se calhar as pessoas pensam aquilo que eu pensei aqui logo no início quando apresentaram as propostas, que se o grupo municipal do Partido Socialista tem a maioria vota contra. E de que vale as pessoas falarem se eles vão votar contra?! Não vale a pena.-----

Por isso, temos de mostrar às pessoas que vale apenas lutar por aquilo que acham que é correto. Agora não podemos é deixar que digam vou votar contra sem antes analisar todas as propostas que estão em cima da mesa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: “No meio de toda esta discussão, se houve alguém que sempre se bateu e continuará a bater para ouvir as pessoas e para publicitar este processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, tem sido o Partido Socialista. Não o podem acusar de forma alguma de falta de divulgação relativamente a este processo. O deputado municipal João Paulo Pinto de alguma forma tentou aqui demonstrar tudo o que tem vindo a ser feito. Como diz o nosso Presidente da República, milagres só os de Fátima, porque para se chegar aqui há trabalho, há discussão com os técnicos, as autarquias, as pessoas e as entidades.-----

No meio de tudo isto, gostaria de ter ouvido até agora, por parte dos deputados municipais que intervieram, alguma contribuição positiva, ou seja, alguma objetividade, ou seja, se houvesse algo a apontar que o fizessem de forma clara. Deputado municipal José Pereira da Costa, tal e qual como já disse o deputado municipal João Filipe Carronda, não estamos a falar da anexação de freguesias, estamos a falar de algo em discussão há imenso tempo e que irá continuar a ser discutido com o contributo de todos. Porque as pessoas diariamente estão a comunicar com a Câmara Municipal. Todos os contributos positivos para fechar este documento com diálogo serão bem vindos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Frei Tomás apregoava «olha para o que eu digo e não olhes para o que eu faço». Eu estava à espera que me corrigissem, porque me parece que há aqui um evidente mau estar no grupo municipal do Partido Socialista, e a ver vamos se esse mau estar se transmite à Presidência da Câmara.-----

Mas, para já, este manto silenciador que se abateu sobre a Figueira da Foz nos últimos anos, espero eu, comece a dar sinais de alguma evidente predisposição da



sociedade para denunciar algo que nós temos vivido nos últimos tempos, nomeadamente nesta Assembleia Municipal. É evidente que esta Assembleia Municipal corresponde ao voto do povo, com certeza, e democraticamente nós temo-lo aceite.

Também tem sido evidente que ao longo destes três anos e muitos meses a oposição, nomeadamente no que diz respeito ao grupo municipal da Coligação Somos Figueira, Partido Social Democrata e CDS - Partido Popular, tem sido uma oposição construtiva. Não temos usado de maledicência, nem uma atuação destrutiva e destruidora. Temos sempre considerado os assuntos com a maior seriedade e espírito democrático e penso que se há acusação que não nos podem fazer durante os últimos três anos é essa.-----

Agora chegamos a um ponto, em que o discurso de evidente mau estar do Partido Socialista tem claros sinais de fraqueza. O deputado municipal Nuno Melo Biscaia disse-se estupefacto e disse que 26 entidades tinham trabalhado durante muitos anos para que este documento viesse à liça.-----

Depois, o deputado municipal João Filipe Carronda referiu parecer mal que a oposição não quisesse discutir o documento. Eu acho que parece mal é que o Partido Socialista não o queira discutir, depois do deputado municipal Nuno Melo Biscaia afirmar que o Partido Socialista aceita democraticamente este debate. Há aqui uma presunção de superioridade que realmente se tem verificado nesta Assembleia Municipal, mas eu espero francamente e correspondendo ao desafio do senhor deputado vamos então ser honestos, vamos então às questões.-----

Faz parte do documento e vou citar o documento, esta proposta do Plano Diretor Municipal reduz efetivamente a área de construção nas freguesias, impedindo que os proprietários construam em terrenos onde sempre foi possível construir, isto é uma verdade. Por outro lado, permite construção onde não se devia, isto é uma verdade. Como é que os Presidentes de Junta vão explicar isto aos seus fregueses? Um dos critérios é que há edifícios a mais. É estonteante este argumento. Há edifícios a mais porque há gente a menos na Figueira, mas não se procura tentar perceber como é que se vai atrair mais pessoas. Isso não interessa, não faz parte, não há estratégia para cativar pessoas para a Figueira da Foz. Há edifícios a mais, pronto.-----

Hoje a Vereadora Ana Carvalho Oliveira com todo o respeito pessoal e político que lhe tenho, disse que havia erros no Plano Diretor Municipal. Esta é uma questão importante. Se há erros no Plano Diretor Municipal, quais são? Quantos são? Como é que se pode impedir que eles efetivamente fiquem no Plano? Qual é a sua dimensão?



Por ultimo e eu gosto de ser especifico nas minhas intervenções e isto é só o principio, mas, por exemplo, há freguesias no concelho da Figueira da Foz com problemas de erosão costeira, e nada se diz neste Plano Diretor Municipal da possibilidade de haver mais construção numa zona mais interior dessas freguesias. O que é que este Plano Diretor Municipal tem a dizer em relação a isto?----- São questões concretas e eu estou honestamente muito curioso em relação a qual vai ser nesta Assembleia Municipal a votação de alguns dos Presidentes de Junta.---- Eu sei que o nome do meio do meu caro amigo Paulo Pinto é Estaline, tudo bem. O Paião é minha vontade e não venha cá mais ninguém dizer, porque eu é que mando. Sim senhor, estamos convencidos do espírito democrático que existe no Paião. Agora, eu espero sinceramente que nas outras freguesias do concelho da Figueira da Foz os Presidentes de Junta não pensem nem digam isto em voz alta. Portanto, eu quero saber como é que os Presidentes de Junta aqui presentes vão encarar esta discussão. Se é à Paião, ou se é à Democracia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "É evidente que por vezes é dada aqui a ideia de que os Presidentes de Junta de Freguesia andam um pouco distraídos, e isso custa-nos ouvir. Eu como Presidente de Junta todos os dias tenho a porta aberta para os munícipes e todos os dias na rua e em qualquer lugar discutimos o Plano Diretor Municipal. A toda a hora é discutido o Plano Diretor Municipal.----- Em Vila Verde foi realizada uma sessão de esclarecimento. Foi pedido o apoio e a contribuição de todos os que quiseram participar. Posso dizer que me sinto minimamente satisfeito porque foram contempladas a maior parte das pretensões dos Vileverdenses e portanto foi feito trabalho.----- Eu acho que o Partido Social Democrata não falou para catorze freguesias, mas sim para treze. Eu digo isto porquê, porque há quatro anos, Vila Verde e o Plano Diretor Municipal não tinham qualquer importância para o Partido Social Democrata. Por isso foi feita a negociata que foi feita, e fizeram algo à freguesia que não aconteceu em mais nenhum lado deste país."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "A intenção da minha intervenção não é fazer a política, é apenas salvaguardar os interesses da minha população. Nesse sentido e como mais uma vez foi lançado o desafio para os Presidentes de Junta, aqui presentes, manifestarem a sua posição, assim o farei."-----



Na sequência de uma reunião convocada pela Vereadora Ana Carvalho Oliveira, os Presidentes de Junta e demais elementos dos respetivos executivos compareceram. Nesse dia foram acordadas as agendas mais apropriadas a cada freguesia para receberem os técnicos da Câmara Municipal e a Vereadora nas suas freguesias.---- Nesse sentido, foi promovida pela Câmara Municipal a divulgação no seu site de um cartaz com as datas agendadas em todas as freguesias do concelho para a discussão pública do Plano Diretor Municipal.-----

A Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova teve o cuidado de elaborar um aviso com informação à população, que foi afixado em todos os cafés, vitrines de afixação oficial, supermercados, minimercados, todos os pontos de interesse frequentados pela nossa população. No dia 23 de março iriam estar técnicos da Câmara Municipal na sede da ex-Junta de Freguesia de Santana no período da manhã, e na Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova, no período da tarde, por forma a envolver todos os nosso fregueses na sessão de esclarecimentos. Também afixamos um cartaz nas freguesias limítrofes.-----

Nesta reunião de dia 23 de março, foram ouvidas as pretensões da população, as suas preocupações, e os que tinham situações pendentes dirigiram-se às nossas instalações e colocaram diretamente as questões aos técnicos, que lhes responderem se as mesmas seriam ou não viáveis.-----

Foi ainda dada formação à administrativa que está no atendimento da Junta de Freguesia das nove às seis da tarde, habilitando-a a dar algum apoio caso os nossos habitantes necessitassem.-----

O Presidente da Junta não sabe o que cada um dos seus fregueses pretende para os seus terrenos. Eu não sei se eles querem construir, se querem fazer um exploração agrícola, não sei exatamente o que cada um quer. Ao Presidente da Junta cabe, de facto, saber o que é melhor para a sua freguesia a nível geral.-----

Considero a restrição na construção nas freguesias preocupante. Mas também é preocupante o abandono das habitações nos meios urbanos dentro das freguesias. São cada vez mais as habitações degradadas e mesmo em ruína dentro das nossas freguesias. Também com isso nos temos de preocupar.-----

Temos de nos preocupar com aquelas pessoas que não querem construir nas casas dos pais, dos avós, querem construir em terrenos ermos que não têm água, luz, nem estradas, e depois andamos nós constantemente a tapar buracos em estradas de tout-venant só para terem acesso às habitações.-----

Os Presidentes de Junta são de alguma forma chamados a dar a sua opinião e nem



sempre é fácil, porque têm de ter todos estes aspetos em consideração.-----
A restrição de construção nas freguesias é preocupante porque pode restringir o seu crescimento. É lamentável. Eu percorro muitas vezes por dia as ruas da minha freguesia e vejo habitações degradadas e abandonadas há anos, e não vão ser lá construídas novas habitações.-----

Seria bom que os deputados municipais se deslocassem mais vezes às freguesias, para terem a perceção disto no local e não só com base nas manifestações que aqui fazemos.-----

É verdade aquilo que o meu homónimo Vitor Gonçalves Alemão disse de todos os dias se discutir o Plano Diretor Municipal nas nossas freguesias.-----

A Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova já fez algumas participações/sugestões à Câmara Municipal, inclusive durante o período em que os técnicos lá estiveram. É esse trabalho que temos de fazer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Victor Santos Madaleno.-----

VICTOR SANTOS MADALENO: “Eu também tinha de responder ao desafio. Há pouco tempo a Comissão Permanente desta Assembleia Municipal reuniu na minha freguesia e um dos assuntos agendados foi exatamente as preocupações que eu tinha com o Plano Diretor Municipal.-----

Uma das moções entregues à Mesa foca o interesse em ter o Presidente da Câmara e a Vereadora Ana Carvalho Oliveira nas sessões de esclarecimento. Efetivamente, as pessoas querem saber tecnicamente o que é possível e o que podem fazer, porque já começam a ter noção do que podem ou não fazer em função do novo Plano Diretor Municipal. E isso tem sido divulgado o mais possível pela população de Tavarede. Acho importante fazerem essas reclamações junto dos técnicos.-----

O documento tem de ser defendido pelo Presidente de Câmara e pela Vereadora. Acho louvável esta postura da deslocação dos técnicos à freguesia. Na freguesia de Tavarede será no dia 12 de abril, e foi amplamente divulgado.-----

Não se pode agradar a toda a gente e o Plano Diretor Municipal tem uma componente técnica, não pode ter só uma componente política de agradar a toda a gente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Aquilo que se tem observado aqui hoje tem sido apenas algumas caneladas e jogadas, para golos muito pouco ou nenhuma, porque efetivamente a marcação de uma assembleia para apresentação de propostas e até agora apenas o deputado municipal Nelson Santos Fernandes Nelson Fernandes da Coligação Democrática Unitária apresentou algo em concreto.-----



Desde outdoors, informação nos meios de comunicação, hoje através dos média, e das redes sociais toda a gente sabe tudo. Virem aqui dizer que não há informação, a população não tem conhecimento, pedirem uma reunião com a presença do Presidente, que muitas das vezes tecnicamente não pode ajudar naquilo que as pessoas localmente pretendem, não faz qualquer sentido.-----

Volto aqui um pouco ao passado quando o Partido Social Democrata criticou o Partido Socialista de não querer trabalhar aquando da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, e agora, para um documento desta natureza e desta importância não quis intervir nem quis estar presente na reunião com a Vereadora Ana Carvalho Oliveira!...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: “Respondendo à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz para lhe dizer que tinha plena consciência de que o deputado municipal Nelson Santos Fernandes tinha efetivamente apresentado uma proposta.-----

Pessoalmente também pretendia aferir quem dominava aqui a geringonça local. Com esta situação fiquei de alguma forma esclarecido.-----

A minha intervenção na altura foi dirigida fundamentalmente à Coligação Somos Figueira e foi dirigida essencialmente para o Partido Social Democrata, para saber se depois de todo este tempo já tinha alguma proposta concreta, ou se não vinha apenas aqui dizer que o Plano Diretor Municipal reduz a área de construção nas freguesias, deixa construir onde não se deve e onde se deve.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Mendes Azenha.

MAFALDA MENDES AZENHA: “Por fazer parte da Mesa da Assembleia Municipal não tenho por hábito intervir, porém, sobre este tão importante dossier gostaria de fazer uma pequena reflexão acerca do motivo pelo qual estamos aqui hoje e daquilo que já fizemos até agora, que são seis horas da tarde.-----

Estamos aqui numa Assembleia Municipal a tratar do Plano Diretor Municipal numa Assembleia Municipal acompanhada pelos Jornalistas, e as reuniões técnicas e práticas realizadas nas Assembleias das várias freguesias não o são.-----

Também já percebemos aqui que estamos há duas horas meia a repetir ideias em cima de ideias.-----

Já percebemos que a ideia principal que os deputados municipais da Coligação Somos Figueira aqui mais repetiram e mais transmitiram, foi a de que o Plano Diretor Municipal estava a ser escondido pelo Executivo.-----

Também já foi aqui completamente desmontada essa tese pelo testemunho, depoimentos



e intervenções dos vários Presidentes de Junta, que são quem está efetivamente no terreno a falar com as pessoas e a receber diretamente as suas queixas.-----
Já percebemos que existem várias formas de participação das pessoas, não é desde agora desde o início da discussão pública, é desde há muito tempo, desde que este processo começou.-----

Portanto, ainda não fizemos nada nesta Assembleia Municipal. Ainda ninguém pediu ao Presidente para explicar o Plano Diretor Municipal. Ainda não deram espaço ao Presidente e aos técnicos, que aqui estão desde as três e meia, para explicar o Plano Diretor Municipal. Só depois disso é possível fazer perguntas e tecer considerações. Não nos podemos deitar a adivinhar aquilo que queremos antes de ouvir as opções e os motivos de quem elaborou este Plano Diretor Municipal.-----

Estou envergonhada como o serviço que estamos a prestar à população da Figueira da Foz até este momento. Nós ainda não fizemos nada nesta Assembleia. Limitámo-nos a acusar uns aos outros com ideias vãs.-----

Portanto, sugeria passar a palavra ao Presidente da Câmara, à Vereadora Ana Carvalho Oliveira e aos técnicos para nos explicarem aquilo que está no documento e depois, então, tecermos as nossas considerações, fazermos os nossos juízos e colocarmos as nossas perguntas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nelson Santos Fernandes.-----

NELSON SANTOS FERNANDES: "Eu não quero pegar por tudo e por nada. Eu só penso que não se pode acusar os Deputados Municipais de terem prolongado este tempo e isentar a mesa de não ter orientado nem preparado esta reunião como deveria ter preparado. Afinal, foi um membro da mesa que pôs as coisas nestes termos portanto sinto-me na obrigação de lhe dar com toda a clareza esta resposta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu queria fazer a apresentação do Plano Diretor Municipal. Isto é uma discussão política. Foram feitas várias insinuações nomeadamente sobre a minha postura e sobre o que devia ser feito.-----

Na primeira linha cabe-me a mim fazer a sua apresentação e acho que é isso que a Assembleia pretende.-----

Este é um momento particular para este executivo porque mais ou menos com a mesma composição já vamos no segundo mandato. E esta era uma promessa que estava por cumprir. Promessa difícil, de cumprimento difícil, porque não se tem bem a perceção da dimensão da elaboração e da dificuldade na elaboração deste documento.-----

É evidente que em relação às propostas e às moções pode ser que com o meu



esclarecimento fique parcialmente esclarecido.-----
Sobre o mérito da questão eu direi que quanto muito podem haver recomendações, porque não há deliberações sobre os outros órgãos. Mas acatarei sempre e manifesto já a minha disponibilidade para estar não com agenda marcada, mas em função dos apelos necessários, porque aquilo que eu pensava verdadeiramente é que democraticamente e com uma participação e discussão política intensa no domínio da estratégia e das opções pudéssemos estar aqui a honrar a democracia participativa.-----

Em 1995, quando foi aprovado o primeiro Plano Diretor Municipal, foi feito em circunstâncias de grande pressão e para satisfazer aquilo que eram pressupostos ou questões prejudiciais à aprovação de alguns financiamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, porquanto exigiam um plano que fosse regulamentador do território e que em função de uma estratégia pudesse ser apoiado.-----

Em 1995 aprovou-se o Plano que foi possível com os meios técnicos que eram possíveis que estavam muito aquém daqueles que hoje se dispõe. Portanto, foi com uma sobreposição de cartas, foram feitas cartas sobre cartas numa espécie de mapeamento, que se conseguiu fixar o Plano Diretor Municipal.-----

Com algumas estratégias pré-definidas, nomeadamente com a fixação de áreas industriais, mapeamento de áreas de construção absolutamente restritivas nas freguesias, depois uma hipervalorização da capacidade construtiva no meio urbano que permitiu alguns excessos, nomeadamente em capacidade construtiva.-----

E quer por uma razão quer por outra, rapidamente, porque a questão do Plano Diretor Municipal é um plano regulamentador, acaba por obrigar o município e obriga também e necessariamente o órgão executivo. Pensam as pessoas e a maior parte dos cidadãos, ainda assim o pensa, vai deixando de o pensar conforme vamos densificando a democracia, que o executivo decide de livre arbítrio. O Município está na questão do ordenamento do território e urbanística completamente comprometido com os Planos Diretores Municipais existentes. Portanto, as pessoas têm o direito de dispor no território em função daquilo que está previamente definido. Contudo, quer por ação quer por omissão foi rapidamente percebido que o Plano Diretor Municipal não satisfazia e não estava devidamente enquadrado.-----

A primeira queixa vem das freguesias porquanto, as freguesias mapeadas em função da área construtiva ficaram sem capacidade de ampliação de mais construção. O problema colocado e bem da deslocação de muito munícipes das freguesias para a cidade, uma hipervalorização e hiperurbanização do tecido urbano, sinais dos



tempos, tudo isto exigia uma intervenção.-----
E foi com esse propósito que logo em 1998 se assinalou de uma forma urgente o Plano Diretor Municipal. E no decurso de 1998, o então responsável e Vice-Presidente, o Vereador Daniel dos Santos percorreu todo o concelho para ouvir uma a uma as razões e queixas que as pessoas apresentaram. Com este levantamento fez-se a adjudicação de um trabalho a uma consultadoria chamada «Risco» em 2002. Depois, verificou-se que o problema era mais complexo e ainda em 2002 entregou-se este trabalho a uma empresa de engenharia e de apoio técnico de ordenamento do território, a qual elaborou um esboço daquilo que seria um projeto de Plano Diretor Municipal. Mas ainda assim foram sentidas algumas necessidades porque, entretanto, ocorreram uma série de alterações do ordenamento jurídico, nomeadamente uma nova definição da Reserva Ecológica Nacional, uma atualização da Reserva Agrícola Nacional, uma discussão e abertura do Plano Regional de Ordenamento do Território. Abriu-se a discussão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira e alterou-se recentemente o regime jurídico dos instrumentos de Ordenamento do Território. E isto tornou tudo mais complexo e exigiu nova discussão pública.-----
De 2002 praticamente até 2009, pouco ou nada se adiantou. Vivia-se um bocadinho na perplexidade, estava-se mais centralizado, até na alteração do Plano de Urbanização muito focalizado na questão da cidade, da pressão de construção etc. Esse plano de urbanização não foi avante.-----
Em 2009, quando assumimos funções, percebemos que o que estava feito era uma aquisição para a discussão, mas exigia uma maior densificação. A empresa «Risco» percebeu que não tinha condições devido a um profundo desconhecimento do território. Não tinha condições para continuar o trabalho e quase por unanimidade foi aceite a rescisão desta colaboração. E em alternativa tentámos construir aquilo que levaria à discussão do Plano Diretor Municipal.-----
Abrimos a Agenda 21 Local com a comparticipação dos fundos comunitários, onde se pretendeu de alguma forma uma discussão em termos de democracia participativa daquilo que seriam os grandes desígnios do Município. Numa espécie embrionária de democracia participativa elencamos quatro questões para discussão pública, a saber, questões ambientais, questões de educação, questões de ação social e questões de ordenamento do território.-----
Isto iniciou retomou a discussão pública do Plano Diretor Municipal e tivemos uma intervenção na altura nas dezoito freguesias. Discussões intensas onde as pessoas colocaram de novo as suas questões. Falámos de tudo um pouco, mas fundamentalmente



sobe o desígnio destas quatro grandes opções, mas o tema recorrente foi sistematicamente as questões do Plano Diretor Municipal.-----
Sabendo nós também qual era o enquadramento da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional e os desígnios do Plano Regional de Ordenamento do Território, fomos dando nota às populações que o crescimento urbanístico não podia ser arbitrário ou casuístico, estava sujeito a regras de nucleação e estava sujeito a uma discussão com todas as entidades responsáveis.-----
Portanto, não iríamos nós arbitrariamente ultrapassar o Plano da Reserva Agrícola Nacional ou o Plano da Reserva Ecológica Nacional, ou pôr em causa as áreas de proteção, ou alterar os destinos dos solos.-----
Foi dito às populações que tomaríamos em devida nota as suas reivindicações e que iríamos tão cedo quanto possível entrar no processo de negociação com as entidades. Esse processo decorreu em 2010 e 2011, e depois em 2011 houve um problema de ordem técnica que atrasou um bocado o processo a cartografia e sua homologação. Definidas que estavam aquilo que era grosso modo as linhas de intervenção, faltava depois verter na carta de Plano Diretor Municipal as diversas classificações do território.-----
O processo arrastou-se, necessitava de homologação, teve alteração sucessiva e finalmente a carta cartográfica e a sua respetiva homologação. Entretanto, com todo o trabalho desenvolvido e com conhecimento profundo que os nossos técnicos já tinham sobre o território, concluímos que melhor que ninguém, com os próprios recursos, poderíamos elaborar esta missão de construção do novo Plano Diretor Municipal.-----
Foi montada a equipa com diversos intervenientes e vertido depois na respetiva carta, então já homologada, tudo o que era a nossa intenção, satisfazendo as mais de quinhentas propostas. E atenção não era só propostas, ouvimos intensamente as populações, ouvi uma a uma as pessoas que quiseram falar comigo. Entretanto, a Vereadora Ana Carvalho Oliveira fez nova ronda de visitas, três rondas de visitas às populações, em que cada um podia colocar a sua questão. Deparamos com montes de contrariedades, uma série de questões que não estavam conforme as cartas da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional, deparámo-nos com falta de definição de limites, com falta de regulamentação nuns casos e hiper-regulamentação noutros.-----
Depois de conformado e depois de feita esta reflexão, abrimos o procedimento de revisão em 21 de outubro de 2014. E com esta proposta, porque isto obriga a uma



aceitação por uma questão de certeza jurídica e de absoluta transparência, com essa carta fomos à reunião da Comissão de Acompanhamento em 27 de fevereiro. Volvidos quatro meses, lá estávamos a apresentar a nossa proposta.-----
Uma Comissão de Acompanhamento é composta por todas as entidades responsáveis, portanto é uma mesa onde estão 20 ou 30 pessoas e onde a propósito de qualquer opção de ordenamento cada uma das entidades se pode pronunciar. O grosso das questões é levantado invariavelmente pela entidade que tutela, a Reserva Ecológica Nacional e pela Agência Portuguesa do Ambiente, etc.-----
Entretanto, também convém referir e isto é fundamental, após esta discussão e concluída a Agenda 21 Local, apresentamos em Câmara, e foi aprovado e também foi votado na Assembleia, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. O Plano Estratégico é o plano que compromete o Plano de Ação do Plano Diretor Municipal. Se virem neste Plano Diretor Municipal, no seu Regulamento, no artigo 2.º na definição da sua estratégia está sufragado e compatibilizado tudo o que é defendido no âmbito do Plano Estratégico. Através do Plano Estratégico conseguimos excepcionar as imposições e sobreposições dos outros planos. É com o Plano Estratégico que eu posso defender a Reserva Ecológica Nacional se preciso de excepcionar uma parcela de terreno com prolongamento do parque industrial. É através do Plano Estratégico e através da caracterização das populações que eu posso pedir à Reserva Agrícola Nacional para excepcionar área para construção nas Juntas de Freguesia. As questões de definição estratégica, estão no Plano de Estratégico Municipal.-----
Com base nestes documentos, no mapeamento, na cartografia, avançamos e pedimos a abertura do procedimento de Revisão, em 21 outubro de 2014. Tivemos a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento em 27 de fevereiro onde pusemos a questão às entidades presentes que depois responderam. E em 14 de julho, voltamos outra vez à mesa de negociações. Assim, sucessivamente, detalhando com mais minúcia, mais detalhe, um trabalho de grande exigência que decorreu entre 27 de fevereiro de 2015 e 27 de janeiro de 2017.-----
E para cada uma destas questões eram chamadas à Câmara e ao grupo de trabalho, os visados e os interessados, para que nos pudessem dar mais contributos para defendermos aquilo que eram os seus interesses. Para que nos dessem razões que pudessem sustentar o regime de exceção. Para que nos pudessem dizer que efetivamente era vontade por exemplo de aumentar a capacidade de exploração, que tinham projetos aprovados, que já tinham propostas no âmbito inclusive deste novo acordo de parceria Portugal 2020. Parte do investimento depende da aprovação deste



documento, quer a nível particular, quer a nível de empresas, quer a nível também e falou-se da questão do turismo. Foram ouvidos todos os parceiros, todos os interessados e envolvidos aqueles que poderiam e que estavam visivelmente prejudicados com este Plano Diretor Municipal.-----
Daí haver uma grande esperança na aprovação deste documento porque este documento é fundamental para o crescimento e desenvolvimento sustentável do nosso concelho. E este documento está em perfeita sintonia com o nosso Plano Estratégico.-----
Aliás vejam com atenção no artigo 2.º estão definidos os objetivos e as estratégias, ou seja, a estruturação espacial do território municipal como suporte das diferentes dinâmicas de povoamento de modo a evitar a dispersão territorial e a preservar a identidade concelhia. Este conceito não é novo, este conceito foi sufragado em 1998 quando se pretendeu iniciar o processo de discussão do Plano Diretor Municipal e esta foi uma das questões prioritárias.-----
A proteção do ambiente e salvaguarda do património paisagístico histórico e cultural, enquanto valores de fruição e potenciais promotores de novas atividades económicas. Fizemos não só uma série de cartas e de planos porque, entretanto, houve necessidade de sustentar, e vem nos anexos do próprio Plano Diretor Municipal, os planos parciais que o acompanham como meio de instrução ao processo. Portanto, Carta Educativa, o Plano Municipal de Defesa da Floresta, o Plano Municipal de Proteção Civil, os Planos de Risco, os Planos de Cheia, os Planos de Erosão, dos Planos das alterações climáticas, tudo isso são documentos que depois sustentam e estão sufragados naquilo que parece um documento muito simples.-----
Mas todos foram amplamente discutidos, com todos os seus intervenientes. Não se pode dizer que não haja um elemento da proteção civil que não tenha participado ativamente no Plano de Defesa Municipal da Floresta ou no Plano de Defesa das Alterações Climáticas. Não se pode dizer que não haja parceiro do turismo que não tenha feito parte ativa na discussão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira que ainda não está fechado, mas este documento tem necessariamente de incluir.-----
Foram ouvidos todos os parceiros, tentando-se compatibilizar na discussão desses vários planos o conjunto de interesses. Portanto, há aqui um manancial de discussão imensa que contribuiu para a elaboração deste Plano Diretor Municipal. O ambiente e a salvaguarda do património paisagístico, histórico e cultural. Fizemos aqui um mapeamento exigente de todas as áreas proteção conforme estão previstas na Reserva Ecológica Nacional, desde a célebre Reserva de Proteção Natural 2000 e todas as outras que foram assinaladas pelo Instituto da Conservação da Natureza e



das Florestas, I. P., e aqui foram vertidas.-----
Enfim, também uma discussão intensa para excepcionar algumas intervenções dentro destas áreas protegidas. O património histórico também está mapeado na carta, foi feito um levantamento da carta com um grande contributo da Divisão da Cultura, onde se pretende de facto fazer uma área de proteção aos monumentos históricos que o concelho dispõe e cultural também pela mesma razão. Mapeamos também todo o conjunto de imóveis classificados que pretendemos preservar. Para quê? Para em função de um património histórico e cultural como aqui se refere enquanto valores de fruição e enquanto potenciais promotores de novas atividades económicas.-----
A afirmação do concelho como espaço territorial de qualidade é também um desígnio em função dos objetivos fixados no âmbito do Plano Estratégico e portanto preservando depois todas estas áreas no seu conjunto, quer património natural, quer património cultural, quer as várias áreas de reserva, e a afirmação estratégica do concelho inclusive para o setor primário. Depois, também há um cuidado particular de defender as zonas agrícolas, isto não é só construção, o problema também passa por preservar as áreas do setor primário, como a preservação da Morraceira, de todo o vale do Mondego e de um conjunto de terreno agrícola aproveitável hoje abandonado, aliás compatibilizando isso com a nossa estratégia que é o Plano de Bolsas de Terras.-----
Pretendemos fazer um emparcelamento e ainda hoje se estiver pronto a tempo e horas quero estar presente com os deputados da Assembleia da República, para dar nota da evolução entretanto ocorrida no baixo Pranto. Esta é uma questão absolutamente essencial e está aqui vertido como zona de reserva que se pretende proteger.-----
A reabilitação urbana como novo paradigma de ordenamento territorial. Não queremos o caos urbanístico, nem queremos mais capacidades construtivas, umas em detrimento de outras. Queremos primeiro uma requalificação, prioridade absoluta a requalificação. Pretendemos, dar incentivos à requalificação. Criamos zonas urbanas não definidas em função de capacidade de construção de índice 2, 3, 4, ou 5, mas em função de índices e volumetria adequadas à cêrcea e à área de envolvimento.-----
A reabilitação urbana como novo paradigma do ordenamento territorial. Esta é obviamente uma estratégia, uma opção clara e assumida, também vertida aqui no documento.-----
A promoção do turismo nas suas diferentes vertentes, de praia, de natureza desportiva e de promoção património construído e património cultural imaterial.-



A requalificação do Cabedelo em conversações permanentes com a Agência Portuguesa do Ambiente, para que possa ser reconhecido já neste Plano Diretor Municipal. As discussões intensas que temos com a autoridade de gestão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, para que possamos validar também e defender as zonas de praia. A afirmação da Figueira da Foz como concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico. Queremos a expansão das nossas empresas, criar novas áreas empresariais para captar mais investimento ou dar continuidade aos grandes desígnios empreendedores do nosso concelho.-----
Queremos que em cada freguesia haja uma área de construção que permita a instalação de um pequeno negócio porque entendemos e sabemos que a maior parte da nossa atividade económica está nas pequenas empresas. 97% da nossa atividade económica está nas pequenas empresas.-----
Aliás, foi anunciado um plano de incentivos, o chamado 2E, empreendedorismo e emprego, precisamente para tentar canalizar alguns empreendedores para estes investimentos.-----
Ora, não seria possível termos esta afirmação da Figueira da Foz como concelho atrativo a nível empresarial e logístico se não criássemos os espaços e condições necessárias. E é isto que este documento agora reconhece. É isto que este documento agora conforta.-----
Este documento foi concebido e elaborado democraticamente, e participado democraticamente. Teve pelo menos dois anos de discussão, 1998 a 2000/2001, e foi retomado depois em 2009. Tem mais de dez anos de discussão e sucessivas alterações. Levámos até ao limite a defesa das populações e é isso que está vertido no documento e o maior reconhecimento que eu tenho, a maior satisfação que eu tenho, é poder apresentar este documento e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro dizer que é um documento limpo. Não há aqui pressão de nada. Há sim a apresentação e a definição de uma estratégia, sem interesses, porque tudo está harmonizado e compatibilizado.-----
Há uma justificação, se vale para um vale para todos, aquilo que é exceção está devidamente excepcionado.-----
Por isso, não aceito a crítica de que o documento não foi participado. O documento não só foi participado, como foi construído e eu estava à espera nesta discussão, que pusessem em causa a estratégia. Que me dissessem não queremos mais empresas ou não queremos por exemplo que permita mais construção nas Freguesias. É falso. Nós não queremos é construção dispersa. Porque, se virem bem, no Plano Diretor



Municipal são nucleadas as zonas de construção, onde houver mais de 5 a 10 imóveis, numa área de 50 metros, pode-se construir. Isto é que é construir um núcleo urbano. Não é permitida a dispersão para depois andar a correr com saneamento e a eletricidade atrás, a fechar escolas e a abrir escolas, com todos os custos inerentes que isso tem para a gestão dos dinheiros públicos.-----

Há um propósito de dar mais capacidade construtiva às freguesias. As freguesias nas suas sedes, digamos assim, têm hoje capacidade urbana em todo semelhante à da cidade. Podem construir para criar vida nas freguesias e consequentes dinâmicas de crescimento e para que as pessoas se sintam em comunidade.-----

Admitimos a construção daquilo que pode ser uma construção rural e que nalgumas atividades rurais possam ser incluídas algumas infraestruturas de apoio. A questão das pequenas empresas, das pocilgas e do gado. Sinceramente era uma opção definida em prol da defesa do pequeno produtor. Não vou fazer de conta que a atividade não existe, ela existe. Vamos admiti-la, vamos absorvê-la, uma vez regulamentada pode ser suscetível de atividades inspetivas e pode ser suscetível de intervenção das instituições públicas.-----

E se não bastar, cá estamos para continuar a acompanhar o forte crescimento das freguesias, porque isto não é um documento fechado «forever». Está lá prevista a monitorização com uma capacidade de atualização em função da sua estratégia. Se a estratégia for outra então o documento tem de ser revisto.-----

Mas eu acho que esta estratégia é a estratégia que todos queremos. É a estratégia compatibilizada com a malha de interesses existente no nosso concelho.-----

A não ser que se tenha feito uma leitura errada, que eu acho que não. Nesse caso, eu teria aqui a firme oposição dos produtores, , industriais e dos cidadãos contra esta opção.-----

Portanto é evidente que excecionamos essas pequenas empresas, excecionamos aquelas que já foram aqui motivo de discussão, principalmente com o grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.-----

Para a maior parte dos cidadãos a quem vamos resolver os problemas, este Plano Diretor Municipal integra o valor em si mesmo. As suas casas, as suas atividades económicas, e a sua ambição não valem nada, com o Plano Diretor Municipal atual. E por isso eu não abduco de o apresentar. É um documento político, estratégico, orientado numa visão estratégica. Vai resolver a vida a muita gente, centenas, milhares de pessoas vão ter a sua vida resolvida. Vão ter as suas casas com capacidade de registo nas finanças, com valor patrimonial, porque até agora não



valiam nada e estavam ilegais.-----
Não há a liberalização de cérceas há enquadramento, há compatibilidade. Há proteção na questão dos espaços verdes. Nunca se fez um levantamento tão exaustivo das áreas que pretendemos proteger.-----
Todos temos noção que os espaços verdes são uma riqueza que temos que proteger. Conseguimos compatibilizá-los com o desenvolvimento estratégico da região.-----
O Plano Diretor Municipal trata de forma diferente os aglomerados urbanos e os rurais. Aos aglomerados rurais vamos dar uma identidade em tudo igual à área urbana, na área nucleada. Por exemplo, toda a área urbana do Paião tem as mesmas potencialidades de construção da cidade, com as limitações das cérceas e com o enquadramento necessário, nomeadamente áreas de excedência, etc.-----
Depois ainda tem mais capacidade de crescimento na nucleação das várias construções. Era muito interessante de facto conhecerem o Plano Diretor Municipal para verem as suas virtudes.-----
Efetivamente temos a ambição da ligação da A17, com isso queria ver quem sustentava a construção, neste caso as Celuloses, sem a sua inscrição no Plano Diretor Municipal.-----
Assim como está no Plano Diretor Municipal uma velha reivindicação de Vila Verde que é a ligação à A14. A ligação pelo Cabo Mondego à praia de Quiaios, bem como a variante de Quiaios. Depois vamos ver onde vamos chegar primeiro, se pelo mar, se por terra e compatibilizar, mas pelo menos está inscrito no Plano Diretor Municipal, e essa solução, até agora, não era possível.-----
Em relação ao edifício Ponte Galante, ele deixaria de ser possível com base neste Plano Diretor Municipal, porque sendo ele aparentemente menos restritivo, acaba por limitar muito mais a capacidade de alteração através de Planos de Pormenor.-
A questão das legalizações já as abordei, foram verdadeiras alterações ao Plano Diretor Municipal. Nós fomos, no fundo ao longo destes dois anos, acolhendo essas reivindicações e agora temos de as verter no Plano Diretor Municipal.-----
Em relação à questão dos animais e volto a ela, a regularização das pocilgas etc., reitero o que já disse. Prefiro regularizar isto, ter isto sob fiscalização, do que ter uma exploração verdadeiramente anárquica, onde não se consegue saber para onde vão os afluentes, ou como se tratam os afluentes, a permeabilização de solos, etc. Há certas coisas por muito que nos custe, mais vale admiti-las, quando na ponderação de interesses a sua proibição poderia por em causa nomeadamente a sustentabilidade de muitas famílias.-----



Diminuiu-se, obviamente, a capacidade de construção na área urbana, porque, infelizmente, já temos aí muitos loteamentos por preencher, e cerca de 3.000 frações para colocar no mercado.-----

Não há erros no Plano Diretor Municipal. Há possibilidades de ajustamentos, pequenos ajustamentos, que em função dos critérios definidos e da regulamentação imperativa a que estamos sujeitos possam ser parcialmente negociados.-----

Por último, quero saudar a equipa técnica por ter hoje um instrumento absolutamente revolucionário, de consulta pública do Plano Diretor Municipal. O cidadão em casa, no seu conforto, como quem abre o facebook, pode perfeitamente ver se no seu quintal pode construir um galinheiro ou não, se o seu terreno pode ser loteado ou não, e pode ver qual a diferença entre o Plano Diretor Municipal anterior e o atual. Qual é a perda ou ganho de eventual benefício.-----

Temos todos muito a ganhar com a aprovação deste documento. Tanto é que ainda não iniciamos a discussão e já temos cerca de 300 propostas, 236 pedidos para serem acolhidos e alguns deles podem ser parcialmente acolhidos.”-----

PROPOSTA UM APRESENTADA PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Portanto eu tenho três propostas, uma da Coligação Democrática Unitária e duas da Coligação Somos Figueira. Vou passar a ler a proposta um da Coligação Democrática Unitária:-----

«Os deputados municipais da Coligação Democrática Unitária/Partido Comunista Português na Assembleia Municipal da Figueira da Foz, face à estratégia absolutamente minimalista de discussão pública do novo Plano Diretor Municipal, consideram que a realização de reuniões com as populações das diferentes freguesias do Concelho , deve acontecer em horário pós-laboral, com a presença de decisores políticos do Executivo Camarário, com o fim de efetivar uma verdadeira discussão deste importante instrumento de gestão territorial, permitindo a essas populações um mais cabal conhecimento das propostas hoje em análise.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lavos, José Elísio Oliveira, e de Bom Sucesso, Mário Fajardo Acúrcio, deliberou por maioria, com dezassete votos a favor dos membros da Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do membro do Partido Socialista João Filipe Carronda, uma abstenção do membro do Partido Socialista



Adelino Costa Pinto, e vinte e um votos contra dos restantes membros do Partido Socialista, rejeitar a proposta subscrita pela Coligação Democrática Unitária, no sentido de a realização de reuniões com as populações das diferentes freguesias do Concelho para discussão pública do novo Plano Diretor Municipal, ocorrerem em horário pós-laboral, com a presença de decisores políticos do Executivo Camarário.

Deliberação aprovada em minuta. -----

JOÃO FILIPE CARRONDA apresentou a seguinte declaração de voto: "Da leitura que eu fui fazendo das palavras do Presidente da Câmara penso que o executivo municipal nunca esteve fechado a qualquer tipo de esclarecimento, perante as pessoas. Esta é uma proposta que não indica horários nem dias, ou seja, deixa-se à consideração do executivo a melhor forma de poder, em ultima análise, fazer uma explicação mais ampliada.-----

Tenho como certo que o executivo não se negará a esclarecer e a prestar todos aqueles esclarecimentos pretendidos. O local e o dia será o executivo a defini-lo, daí eu ter votado a favor.-----

Penso que era a melhor forma de se dar completa liberdade e transparência a todo este processo a todos aqueles que entendem que não a teve."-----

PROPOSTA DOIS APRESENTADA PELA COLIGAÇÃO SOMOS FIGUEIRA-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Os deputados abaixo assinados vêm ao abrigo do disposto no Regimento da Assembleia Municipal do Concelho da Figueira da Foz, face à importância e interesse determinante para o futuro da Figueira da Foz e dos Figueirenses em particular, propõem para discussão e aprovação a seguinte Proposta:

1 - Que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em reunião de Câmara no passado dia 6 de março de 2017, vimos propor que, sem prejuízo de outras iniciativas com a mesma finalidade de informação e esclarecimento, sejam efetuadas apresentações pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal (acompanhado dos técnicos que entender necessários) em todas as sedes de juntas de freguesias com o seguinte calendário;-----

- Duas sessões por cada sábado e domingo a começarem às 15,00 horas e 20,30 horas, por ordem alfabética das juntas de freguesia.-----

- Disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara Municipal para aceitar solicitações de reuniões de esclarecimento que venham a ser solicitadas por entidades representativas da Sociedade Civil Figueirense em geral."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de



imediatamente à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lavos, José Elísio Oliveira, e de Bom Sucesso, Mário Fajardo Acúrcio, deliberou por maioria, com treze votos a favor dos membros da Coligação Somos Figueira e do Bloco de Esquerda, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz e Agostinho Pereira da Cruz, e do membro do Partido Socialista Adelino Costa Pinto, e vinte e três votos contra dos restantes membros do Partido Socialista e do membro da Coligação Democrática Unitária Nelson Santos Fernandes, rejeitar a proposta subscrita pela Coligação Somos Figueira, no sentido de calendarizar as reuniões com as populações das diferentes freguesias do Concelho para discussão pública do novo Plano Diretor Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: " Eu não votei a favor desta proposta, porque não concordo com o estabelecimento de um calendário a ser obedecido pelo Executivo Camarário. Se não tivesse a calendarização, eu teria votado a favor."-----

JOÃO FILIPE CARRONDA apresentou a seguinte declaração de voto: " Há aqui algum contrassenso mas a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz de certa forma veio de encontro ao meu sentir.-----

Poderá haver disponibilidade do executivo para esclarecer as vezes que forem necessárias. Mas não faz qualquer sentido impor uma agenda ao executivo municipal."-----

NELSON SANTOS FERNANDES apresentou a seguinte declaração de voto: "Estou frontalmente contra o facto da Assembleia Municipal poder em qualquer circunstância fixar a agenda do Presidente da Câmara."-----

PROPOSTA TRÊS APRESENTADA PELA COLIGAÇÃO SOMOS FIGUEIRA-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Os deputados abaixo assinados vêm ao abrigo do disposto no Regimento da Assembleia Municipal do concelho da Figueira da Foz, propor para discussão e aprovação a seguinte moção:-----

Requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a suspensão do período de discussão pública da Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, publicada em Diário da República a 29 de março de 2017.-----

1. A necessidade desta suspensão prende-se com o curto espaço temporal para a discussão pública do documento (30 dias).-----

2. Não pode esta assembleia decidir e votar em consciência um documento basilar



como este de gestão territorial com consequências a nível de infraestruturas, equipamentos, acessibilidades, definição das políticas locais de saúde, educação, sociais e económicas importantíssimas para a Figueira da Foz sem que o mesmo esteja devidamente apreciado e discutido por todas as forças vivas do Concelho e todos os Figueirenses.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lavos, José Elísio Oliveira, e de Bom Sucesso, Mário Fajardo Acúrcio, deliberou por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros da Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro do Partido Socialista Adelino Costa Pinto, e vinte e dois votos contra dos restantes membros do Partido Socialista, rejeitar a proposta subscrita pela Coligação Somos Figueira, no sentido de se suspender o período de discussão pública da Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, publicada em Diário da República a 29 de março de 2017.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES apresentou a seguinte declaração de voto: “Sou um homem de coragem e não tenho medo. Perante as palavras do Presidente da Câmara fiquei totalmente confiante e o pormenor de ele referir que o Plano Diretor Municipal não é um documento fechado, nem «forever», fez-me alterar o meu sentido de voto.----
Portanto, aguardo a sessão da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para discutir mais esse assunto.”-----

JOÃO FILIPE CARRONDA apresentou a seguinte declaração de voto: “Acho que importante que para memória futura fique a minha tomada de posição pessoal.-----
Votei contra porque não me parece que o espaço temporal seja muito curto. Aliás ele ainda está no seu início.-----
Não sei o que se pretende com este empurrar com a barriga. Talvez baralhar mais as pessoas.-----
Há tempo suficiente para esclarecer, para dar os nossos contributos, e portanto estar a suspender a discussão pública não fazia sentido nenhum para mim, daí este meu voto contra.”-----

JOSÉ FERREIRA DIAS apresentou a seguinte declaração de voto: “Foi dito aqui todos os que se preocupavam estavam nas reuniões. Todos quem? Todos aqueles que podiam



faltar ao emprego ou aqueles que nada fazem. As reuniões foram marcadas a horas que as pessoas pudessem assistir? Agendar das 9 às 18 horas, quem está a trabalhar não assiste ou falta ao emprego.-----

Toda agente sabe tudo, isto é uma grande afirmação. Porque eu não sei nada. O maior ignorante é aquele que julga que sabe tudo. Estamos-nos a esquecer daqueles que são analfabetos e dos que não conseguem ter acesso ao computador, nem à internet, ou não sabem trabalhar nele.-----

Se forem planeadas as reuniões fora da horas normais de trabalho, as pessoas podem assistir e participam mais.-----

Tenho vergonha que esta Assembleia não permita que a população possa falar das suas situações."-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "Eu votei contra as três Moções porque, ao fim de todas estas horas, fiquei com a consciência que as forças políticas que solicitaram a realização desta Assembleia, não vieram para aqui com intenção de dialogar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA apresentou a seguinte declaração de voto: "Votei contra as três propostas porque a Assembleia não permitiu ou não quis que houvesse discussão.-----

Eu também não concordo que o Executivo tenha de cumprir uma calendarização imposta pela Assembleia Municipal, mas considero que seria possível dentro daquelas propostas, a formulação de uma proposta única dando a oportunidade à Câmara de se manifestar ou não disponível, para estar presente como era solicitado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Quero que fique em Ata ser entendimento do grupo municipal do Partido Socialista que a admissão desta proposta que mais não é do que uma Moção, deveria ter sido votada. Agora a bem do funcionamento deste plenário e dos municípios que assistem a esta reunião, temos o maior respeito continuaremos com esta sessão."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Estando aqui os técnicos a apanhar como dizem os garotos, uma seca monumental, a Coligação Democrática Unitária não acredita que uma explicação técnica venha acrescentar alguma coisa, na medida em que os documentos são públicos e houve três forças políticas que reclamaram a convocação desta Assembleia.-----

E nós trouxemos o trabalho de casa feito, trouxemos problemas, e fizemos oito propostas para começar numa Assembleia Extraordinária de arranque de discussão do



Plano Diretor Municipal.-----
Agora eu estou a achar imensa graça à votação das propostas, porque eu tinha a convicção de que elas iriam ser contrariadas pelo Partido Socialista com maioria na Assembleia Municipal.-----
Mas o Partido Socialista manifestou uma coisa muito interessante, não queria votar porque tinha receio dos votos marginais. E teve votos marginais. Teve medo que fossem mais.-----
Eu acho que o mais importante agora deveria ser nós comentarmos o que foi dito pelo Presidente da Câmara. Assistimos a uma explicação técnica, mas esta é uma reunião política. Se bem que houve elementos do Partido Socialista, que apelidaram esta Assembleia de uma reunião técnica. Nunca vi nenhuma reunião da Assembleia Municipal ser reunião técnica. Eu vim a uma reunião técnica a semana passada, hoje já estou numa reunião eminentemente política.-----
Portanto, é politicamente que temos de discutir as coisas. E agora eu gostava de discutir o que o Presidente da Câmara apontou como as virtudes da proposta do novo Plano Diretor Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu não tenho de me pronunciar sobre as Moções, mas queria dar nota que cumprimos todas as regras e procedimentos nesta matéria.-----
Obviamente, não posso aceitar que me imponham datas e horas para o agendamento de reuniões de esclarecimentos, mas para que não restem quaisquer dúvidas, se o problema é realizar tais esclarecimentos fora de horas, eu a Vereadora Ana Carvalho Oliveira e a equipa técnica estaremos disponíveis para o fazer se tal for solicitado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Ferreira Dias.-----

JOSÉ FERREIRA DIAS: "O Presidente da Câmara disse estar disponível para realizar reuniões de esclarecimentos fora de horas. Aonde? Aqui na Câmara? E como se dirigem para cá as pessoas se não há transportes públicos?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Seria no mínimo de bom senso tirar os técnicos do castigo e mandá-los para casa, se eles quiserem ir. A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz já manifestou o seu propósito em não ouvir os técnicos. O grupo municipal da Coligação Somos Figueira também não o pretende, e a menos que o Partido Socialista que me parece estar bem informado sobre estas matérias, os queiram ouvir, escusam de manter estas pessoas desde as três da tarde a ouvir os nossos



comentários."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Três horas e meia volvidas de toda esta discussão política do Plano Diretor Municipal, agora é que vamos debruçar-nos sobre a vertente técnica do documento? Vamos estar aqui até que horas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Eu quis aportar a esta assembleia extraordinária as regras do Regimento em matéria dos pontos da Ordem do Dia das sessões ordinárias. Assim, por cada ponto da Ordem do Dia pode haver uma hora de discussão e se no final o assunto ainda não estiver totalmente esclarecido, o Presidente da Assembleia Municipal pode conceder mais trinta minutos, distribuídos pelas forças políticas de acordo com a sua expressão eleitoral.-----
Esgotado esse tempo vou dar por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal, colocando à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Matias Tavares, Isabel Guardão Tavares, Mário Menezes Paiva e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Democrática Unitária, Nelson Santos Fernandes, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lavos, José Elísio Oliveira, e de Bom Sucesso Mário Fajardo Acúrcio, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----